

Reitores propõem aumento de vagas nas federais

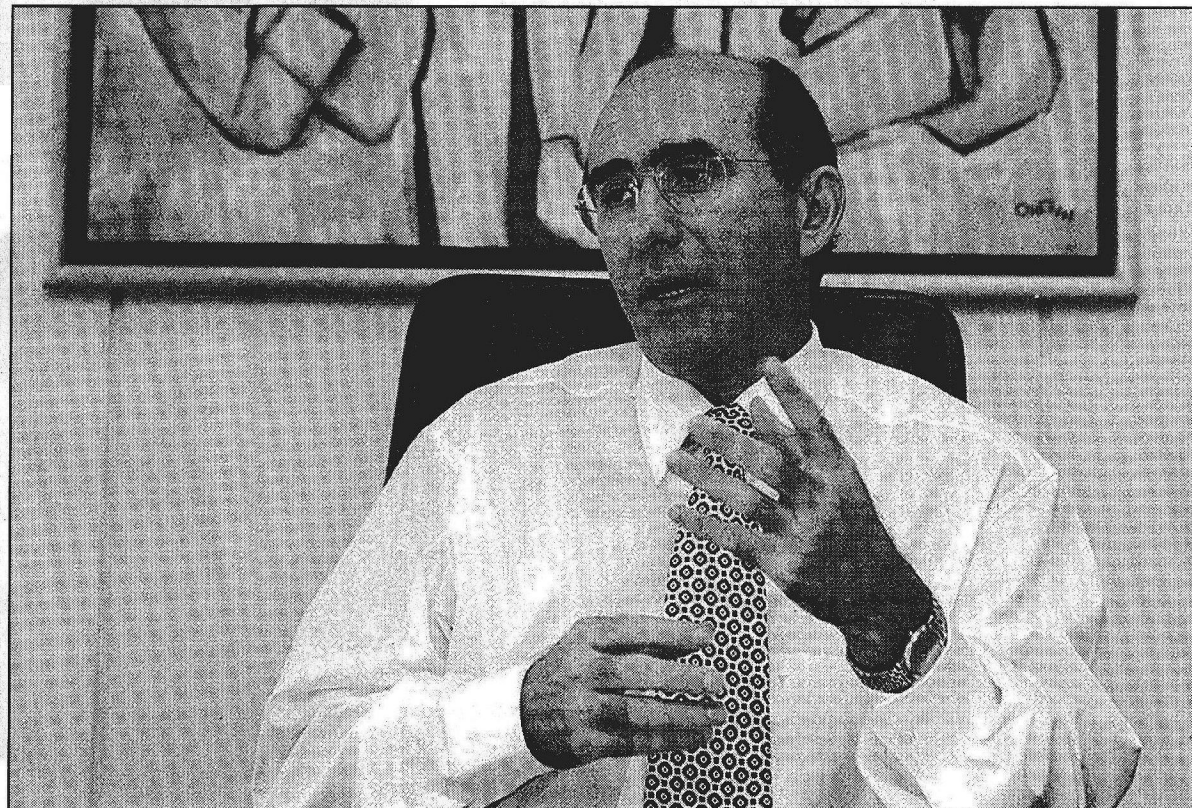
Segundo a Andifes, a relação é de 10,3 estudantes por docente

DEMÉTRIO WEBER

BRASÍLIA – Os reitores das universidades federais decidiram enfrentar um problema histórico das instituições: a baixa proporção de alunos por professor, o que significa criar vagas. Atualmente, segundo a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a relação é de 10,3 estudantes por docente, número que poderá chegar a 15 no ano 2002. Pelo menos essa é a meta da entidade, que está propondo aumentar em 51% o total de matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação, sem contratar professores nem funcionários.

“O que se está buscando é uma otimização de nossa estrutura”, diz o presidente da Andifes, José Ivonildo do Rêgo. Para saltar dos atuais 497 mil estudantes para 754 mil em quatro anos, no entanto, seriam necessários mais recursos, em especial de manutenção: dos R\$ 363 milhões deste ano (dos quais apenas 91,6% foram liberados) para R\$ 600 milhões em 2002. Com isso, segundo a Andifes, o custo por aluno diminuiria 29%.

Mas a entidade considera também indispensável o investimento em infra-estrutura, o que inclui a



O presidente da Andifes, José Ivonildo do Rêgo: “Estamos procurando otimizar a nossa estrutura”

recuperação das instalações e a melhoria de bibliotecas e laboratórios. Para isso, propõe a criação de um fundo de R\$ 200 milhões, para os quatro anos, com recursos do MEC. Outro fundo seria necessário para modernizar a administração das 52 instituições.

“O desafio dos reitores é sério e interessante”, admite o secretário de Educação Superior, Abílio Bae-

ta Neves, sinalizando que o Ministério da Educação (MEC) poderá ser sensível à solicitação. “Vincular o pedido de recursos a um programa de expansão de vagas torna tudo diferente.” O documento com as metas fixadas pela Andifes será assinado hoje por Ivonildo do Rêgo diante do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, na sede da entidade.

A proposta prevê o crescimento da oferta de vagas nos vestibulares e por transferência entre instituições, além da criação de cursos sequenciais – espécie de graduação mais curta. “O fim do currículo mínimo permitirá ainda uma diminuição do número de disciplinas e o melhor aproveitamento dos professores”, observa Ivonildo do Rêgo.